
AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL
III — A ARTE DE GOVERNAR E AS INFORMAÇÕES (*)

AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL

III — A ARTE DE GOVERNAR E AS INFORMAÇÕES (*)

A descoberta do caminho marítimo para a Índia concretizou-se em 20 de Maio de 1497, mas tal feito só foi conhecido pela corte de Lisboa em 10 de Julho de 1499, dia em que a «Bérrio» regressou ao Tejo.

Duzentos anos depois, e em território nacional, as vias de comunicação eram de tal maneira deficientes que D. Pedro II entregava a regência a D. Catarina ⁽¹⁾, quando se deslocava à Praça de Almeida, que se encontrava ligada a Lisboa pela única estrada transitável todo o ano — estrada de postas ⁽²⁾ — e pela qual nos encontrávamos ligados à Espanha e à Europa.

Cem anos mais tarde, quando Massena entrou em Portugal, as suas comunicações com o alto comando francês em Paris foram interrompidas e Napoleão só podia seguir o avanço de Massena em Portugal lendo os jornais ingleses que por via marítima recebiam notícias e davam copiosos detalhes sobre a invasão ⁽³⁾.

Mais tarde, as notícias das ocorrências de 24 de Agosto de 1820 no Porto só chegaram a Lisboa no dia 28 ⁽⁴⁾ e só tiveram repercussões em Goa, em 17 de Novembro de 1821.

Só quarenta anos depois é que se iniciaram as ligações telegráficas e ferroviárias de Lisboa em direcção ao norte e com o estrangeiro.

Hoje, os países que já usufruem de todas as conquistas do progresso têm as suas populações bem informadas e em cima dos acontecimentos nacionais e internacionais, que são passados pelo som e pela imagem à intimidade dos seus lares.

(*) Parte III de uma série de artigos cujo esquema geral foi publicado na p. 149 do n.º 0, da «Nação e Defesa».

(1) Viúva de Carlos II de Inglaterra e irmã de D. Pedro II, que residia no Palácio da Bemposta, onde está hoje instalada a Academia Militar

(2) Posta-estação de cavalos para serviço dos viajantes, onde se fazia a muda.

(3) Donald D. Howard, «Massena et Napoleon. L'Abandon du Portugal» in *Revue Historique de l'Armée*, n.º 4, 1973, p. 60.

(4) A. Serpa Pimentel, *Portugal Moderno — A Queda do Antigo Regime (1820-1834)*, Lisboa, 1896, p. 14.

Há alguns anos atrás, este privilégio estava reservado a um grupo não muito alargado de pessoas, no qual se encontravam incluídos os homens de Estado e os diplomatas que tinham acesso às notícias dos acontecimentos nacionais e mundiais, na maioria dos casos, muito antes de eles serem do conhecimento público.

Embora actualmente ainda se consigam guardar alguns segredos e reservar algumas notícias na «privacidade» dos gabinetes ou no sigilo das embaixadas e quartéis-generais, o homem de Estado perdeu completamente o privilégio da primícia das informações, embora seja também, como qualquer cidadão vulgar, sobrecarregado pela simultaneidade e instantaneidade com que é confrontado com a avalanche de acontecimentos nacionais e internacionais.

Onde o governante tem que ser virtuoso, dominante e objectivo é nas análises, previsões e estudos prospectivos para reduzir ao mínimo a surpresa e a impreparação do aparelho de Estado para fazer face aos acontecimentos.

A partir do momento em que os homens de Estado começaram a sentir que para governar não era possível aguardar que os problemas caíssem em cima das secretárias dos seus gabinetes, surgiu a necessidade de criar serviços de informações.

Os Estados que tomaram realmente nas suas mãos os seus próprios destinos criaram já há alguns séculos os seus serviços de Informações (*).

Falar em *informações* ou em «*inteligência*» nesses países é abordar um assunto para o qual a opinião pública está esclarecida através dos órgãos de comunicação social servidos por redactores e comentadores, entre os quais se encontram verdadeiros especialistas na matéria.

Além deste trabalho realizado pelos órgãos de comunicação social verifica-se ainda que, em especial, os ingleses, americanos, alemães e franceses dispõem de uma vasta bibliografia sobre informações que muito tem contribuído para a preparação dos políticos e do cidadão comum para aceitar as actividades de informações e dos serviços que as accionam.

Os órgãos políticos dos países que já dispõem, de longa data, de serviços de informações estão permanentemente empenhados em aper-

(*) Inglaterra — no séc. XVI, no tempo de Isabel I, sob a direcção de Sir Francis Walsingham (1530-1590).

França — no princípio do séc. XVII, no tempo de Luís XIII, sob a direcção do cardeal Richelieu (1585-1642).

Alemanha — no séc. XIX, mas com grandes tradições no âmbito privado que remontam ao séc. XV com o serviço de informações dos Fugger de Augsburg.

União Soviética — no séc. XVI, no tempo de Ivan, o Terrível.

feioar a legislação que os rege, criticar e «domesticar» (*) a sua actuação, aperfeioar as suas estruturas e aumentar o seu rendimento com medidas de coordenação e integração das suas actividades quer no âmbito interno, quer no externo.

Os países em que é mais expressivo o modo como se pode ilustrar o respeito por tudo o que se relaciona com informações, apesar de neles se terem verificado profundas alterações políticas, são a Alemanha Federal e a União Soviética, onde não houve violação de arquivos, quebras de segurança graves, nem escândalo público em relação às actividades de informações em que os novos dirigentes à luz de novas ideologias se iriam também apoiar.

Quem pretenda dominar, nas melhores condições, os factores que influem nos estudos para chegar a uma decisão política, para apoiar a sua execução e para orientar a sua conduta tem que dispor de um serviço de informações que trabalhe eficientemente todos os elementos disponíveis e procure obter os que se tornem necessários.

A prática política, num sistema democrático dispondo de liberdade de pensamento e de expressão, é a arte de sobreviver no quadro temporal: sob a influência permanente dos debates parlamentares; no meio do turbilhão das múltiplas e diversificadas sugestões e críticas dos redactores dos diversos órgãos de comunicação social, nacionais e estrangeiros, que atingem os homens de Estado e toda a população das formas mais diversas e inesperadas; sob a pressão permanente da oposição; no ambiente angustiante de procura constante de soluções para as mais variadas reivindicações que infelizmente não é possível satisfazer nem no ritmo, nem na qualidade desejadas; sob o signo da incapacidade de, a curto prazo, encontrar soluções aceitáveis para os problemas mais prementes; influenciada ainda por um mundo em permanente mutação, que está sempre a ser agitado por situações que pesam nas decisões políticas, quer no campo interno, quer no externo.

Todo este ambiente já de si dramático é agudizado por fortes pressões externas de natureza política e ideológica, de ordem económico-financeira e, até, de índole rática e religiosa que nem sempre se harmonizam com os interesses nacionais e os anseios e as necessidades internas o que faz com que a pesada, esgotante e responsável tarefa de governar não seja muitas vezes desejável.

Estes problemas que se apresentam aos governantes de todos os países, agravam-se de um modo acentuado em relação aos homens de Estado dos pequenos países, os quais estão particularmente sujeitos a uma acção desgastante em resultado da sua actividade governativa poder ser influenciada, em grande parte, pela conjuntura que

(*) Em especial a seguir a conflitos armados em que os países se tenham visto envolvidos.

os rodeia e de atitudes de terceiras potências. O frequente reconhecimento desta situação e a sensação da sua pouca capacidade para influenciar, ou desviar, por acção própria, o curso dos acontecimentos pode ser «um convite à irresponsabilidade» (1) e conduzir à frustração política.

A agravar esta situação, já de si preocupante, apresentam-se ainda a nível mundial movimentos de cooperação que têm dado origem à formação de organizações internacionais de estrutura muito pesada, consumidora de valores. Em especial nos países de fracos recursos tais valores fazem bastante falta nos departamentos nacionais donde são desviados para representar o país.

Por outro lado, a competição internacional, os desequilíbrios regionais e a procura de matérias-primas, de fontes de energia e de mercados geram situações de tensão e crises, fora e dentro das referidas organizações, que impõem aos Estados e aos seus governantes tomadas de posição oportunas e adequadas, por vezes em períodos de tempo muito curtos.

Estas tomadas de posição tanto podem ser decisões importantes ao nível nacional ou internacional, como podem ser apenas linhas de conduta para instruir as delegações nacionais a movimentarem-se nas muitas e variadas actividades das organizações internacionais.

Assim, tanto no campo interno, como no campo externo a actividade governativa é extremamente pesada, impondo ao homem de Estado decisões frequentes que têm que ser baseadas num conhecimento perfeito da situação real.

Além das decisões, o estadista é forçado a estabelecer contactos com personalidades nacionais e estrangeiras para os quais tem que estar habilitado para poder estabelecer diálogo nas melhores condições. Esse diálogo tem que ser preparado e enriquecido através de uma busca objectiva dos assuntos a tratar e da organização de uma agenda rendosa que façam da troca de impressões, dos esclarecimentos mútuos e, até, da discussão, uma verdadeira actividade política com interesse para o país.

Os homens de Estado também são frequentemente procurados pelos homens da comunicação social para entrevistas e declarações as quais, quando possível, devem ser precedidas de um trabalho aturado de preparação, que vai desde a avaliação das tendências do órgão da comunicação social em que colabore o entrevistador, até à difusão que é de prever no campo interno e externo e os seus reflexos na opinião pública interna e no seio das comunidades de emigrantes no estran-

(1) Henry A. Kissinger, *A World Restored*, Nova Iorque, 1964. Traduzida para francês em 1972, com o título *Le Chemin de la Paix*, Paris, p. 391 da edição francesa.

geiro e nos meios políticos nacionais e internacionais. Todos os aspectos devem ser avaliados, analisados e previstos.

O homem de Estado deve estar sempre esclarecido em relação a tudo o que se faz, tudo o que se pensa e tudo o que se escreve no mundo e tem que ter um sentido prospectivo da evolução dos acontecimentos, para poder prever as dificuldades que se devem apresentar à conduta da acção política e poder estudar, ou mandar estudar, as linhas de acção mais prováveis para fazer face às dificuldades previstas para, com oportunidade e com o mínimo de improvisação, tomar a decisão ou a atitude mais adequada.

A qualidade da acção política de um país depende em larga medida do rigor dos conhecimentos em que ela se baseia. Uma parte muito significativa desse conhecimento é obtida através dos serviços de informações de que o país disponha quer no campo interno, quer no campo externo. A actividade de informações envolve um processo complexo de pesquisa, avaliação, análise, integração e interpretação de informações.

As informações para serem úteis devem ser adequadas, oportunas e bastante precisas. Devem ser ainda muito bem coordenadas e integradas e, rápida, oportuna e apropriadamente, difundidas e consideradas pelos responsáveis pelas tomadas de decisões (*).

Quando aprovamos a nossa Constituição ratificamos ou adoptamos novas formas de ser e estar no mundo e houve muitos portugueses que foram levados a pensar que a nossa lei básica iria resolver quase todos os problemas que viessem a apresentar-se a uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular.

Apesar de toda a pureza e toda a força legal das normas básicas, os constituintes não deixaram porém de criar ou preconizar estruturas para, além dos órgãos de soberania, vigiar e zelar o cumprimento dos princípios fundamentais, e que foram:

- a Comissão Constitucional para velar pela constitucionalidade das leis e pelas violações por omissão de medidas legislativas que tornem exequíveis as normas constitucionais;
- o Procurador-Geral da República para defender a legalidade democrática e os interesses que a lei determina;
- o Provedor de Justiça para prevenir e reparar injustiças em relação ao cidadão;
- O Ministro da República e a Comissão Consultiva das Regiões Autónomas para garantir a integridade da soberania e defender a autonomia política e administrativa daquelas regiões;

(*) Stanley L. Falk, *The National Security Structure*, Industrial College of the Armed Forces, Washington, 1967.

- as Forças Armadas para garantir a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade territorial.

Verifica-se que não se encontra individualizada na Constituição a existência de um serviço de informações ao nível nacional, mas podemos considerá-lo como integrado na Administração Pública, o que aliás satisfaria perfeitamente. Julga-se no entanto que, numa futura revisão constitucional seria pertinente, dentro do título da Administração Pública, fazer uma referência ao Serviço de Informações ao nível político: para garantir ao Estado e aos órgãos de soberania uma acção governativa global e eficiente, através da elaboração em tempo oportuno, de estudos, relatórios e elementos prospectivos e de previsão; e para contribuir para garantir o regular funcionamento das instituições democráticas com vista à defesa da independência nacional e da unidade e segurança do Estado, pela detecção oportuna de riscos, vulnerabilidades e ameaças.

Em Portugal, dispomos já de serviços de informações com apreciável experiência servidos por pessoal qualificado nas Forças Armadas, nas quais incluímos a Guarda Nacional Republicana e a Guarda Fiscal, na Polícia de Segurança Pública, na Polícia Judiciária e no Serviço de Estrangeiros e, além do pessoal destes organismos, ainda dispomos de muitos especialistas com bastantes anos de experiência nos antigos Serviços de Centralização e Coordenação de Angola e Moçambique. Acontece porém que os diversos serviços de informações acima referidos se inscrevem num âmbito sectorial do Estado e não tem uma acção coordenada.

Assim torna-se agora apenas necessário criar ao nível nacional um «*Serviço de Informações*» que coordene, integre e estimule as actividades de informações daqueles organismos.

Esse «*Serviço de Informações*», ao mais alto nível político, destinar-se-ia apoiar:

- o Presidente da República, no exercício das suas competências em relação aos outros órgãos, na prática de actos próprios nas relações internacionais e no exercício do direito de veto;
- o Conselho da Revolução, no desempenho das suas funções de conselho do Presidente da República e de garante do cumprimento da Constituição e do regular funcionamento das instituições democráticas;
- a Assembleia da República e os deputados, designadamente ao nível das Comissões Parlamentares, no exercício das suas competências políticas e legislativas e de fiscalização em relação aos outros órgãos;
- o Governo, como órgão da condução política geral do país e órgão superior da Administração Pública, no exercício das suas competências política, legislativa e administrativa;

- os Tribunais, no exercício da sua competência para administrar a justiça em nome do povo;
- o Ministério Público, no exercício da acção penal e na defesa da legalidade democrática;
- os órgãos político-administrativos das regiões autónomas;
- o poder local através dos Magistrados Administrativos;
- a Administração Pública;
- as Forças Armadas;

com estudos prospectivos que facilitem o planeamento a médio e a longo prazo e contribuam para a eficiência da acção governativa e com análises que tenham por objectivo detectar o mais prematuramente possível os riscos, as vulnerabilidades e as ameaças à independência nacional e à unidade e segurança do Estado.

O «*Serviço de Informações*» ao nível nacional que se preconiza deveria estar directamente dependente do Presidente da República através, ou não, de um órgão colegial de alto nível de defesa e segurança nacional, a criar, o qual seria sempre presidido pelo Presidente da República e no qual tinha assento, no mínimo, o Primeiro-Ministro, o Ministro da Defesa Nacional, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro das Finanças, o Ministro da Administração Interna, o Ministro da Justiça, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores do Exército, Marinha e Força Aérea. Este órgão elaboraria directivas para o serviço no âmbito interno e externo.

A conduta das actividades do serviço seria da responsabilidade do Governo que poderia ter um Vice-Primeiro-Ministro encarregado de, entre outras coisas, superintender na orientação política da actividade do serviço e prever a criação de um Conselho de Ministros especializado para o efeito.

Dentro da mesma linha de previsão de órgãos de ligação e controlo, poder-se-ia admitir ao nível da Assembleia da República, se os deputados assim o entenderem, a criação de uma Comissão Parlamentar de Informações, ou a atribuição daquelas actividades à Comissão Parlamentar da Defesa.

A apreciação histórica com que abrimos esta série de artigos foi elaborada objectivamente com o fim de salientar os períodos em que seguimos uma política bem informada, aqueles em que fomos orientados do exterior e outros em que caminhamos à aventura, sem apoio de informações, nem nacionais, nem do exterior, o que serve para ilustrar a inadiável necessidade de dispor de um «*Serviço de Informações*» ao mais alto nível nacional. Um serviço não muito volumoso, que valha mais pela qualidade, do que pela dimensão, com verdadeiro espírito de missão nacional e de servir os escalões de decisão política, analisando no mais alto escalão as informações disponíveis e orientando o esforço de pesquisa nos sectores em que estas escassearem.

Tal serviço não pode ser promotor de qualquer política, não pode agir sem autorização das mais altas entidades e não pode tomar decisões ao nível, quer da política interna, quer da externa. Limita-se a fazer estudos, análises e propostas sob o signo da previsão e com sentido prospectivo, que ajudem o Presidente da República e o Governo a tomar decisões e a conduzir a política.

Mas por outro lado, não deverá estar sujeito às flutuações da política ou da alternância do poder que é prática corrente em democracia. Aliás, o Serviço deverá estar apto a servir qualquer governo e qualquer política. Daí ter-se advogado a sua directa dependência do Presidente da República, através ou não de um órgão colegial, a criar.

Apesar de todos os benefícios para a acção governativa que advém das actividades de um serviço de informações não podemos deixar de reconhecer que tais serviços, quando se regem por leis demasiadamente genéricas e não são controlados podem afectar o prestígio do país no estrangeiro, criar incidentes diplomáticos e actuar de modo lesivo em relação aos direitos, liberdades e garantias constitucionais.

Num próximo artigo este assunto será tratado em detalhe, mas até lá tomamos a liberdade de tranquilizar os receosos e de afirmar que as vantagens para a acção governativa da existência de um serviço de informações supera largamente os inconvenientes que aliás são facilmente reduzidos a uma expressão insignificante através de leis e regulamentos adequados e de um sistema de controlo democrático regular e eficiente.

A arte de governar, como arte que é, não é para todos, mas passará a ser mais acessível e a poder ser praticada com mais segurança e mais eficiência se for apoiada por um eficaz serviço de informações.

Pedro Cardoso
General

Resumo dos artigos anteriores:

Nos artigos anteriores o autor salienta a necessidade de um Serviço de Informações em condições de apoiar os poderes legislativo, executivo e judicial, as Forças Armadas, a diplomacia, as comunidades portuguesas no estrangeiro e até os partidos e os sindicatos.

Propõe-se estudar cada um dos sectores de actividade das informações para contribuir para a dignificação do perfil público dos Serviços de Informações, que está a ser deteriorado, o que urge rectificar e corrigir para bem da eficiência da pesada tarefa de governar.

Faz uma apreciação histórica, desde a Fundação da Nacionalidade, focando a acção contra os mouros, a consolidação e a fortificação dos reinos de Portugal e do Algarve, salientando as informações para conduzir as complexas negociações

com a Cúria Romana, as lutas e as perigosas conversações com os reinos católicos da península e, simultaneamente, manter a pressão da guerra sobre os muçulmanos, com a conquista de Ceuta.

Aprecia depois o período que vai da conquista de Ceuta até à independência do Brasil, durante o qual dominámos o Algarve africano, achámos a Madeira e os Açores e, como vanguarda da cristandade ocidental, ampliámos, com os espanhóis, o horizonte e o domínio da sociedade que representávamos, até abranger todas as terras habitáveis e mares navegáveis.

A acção dos portugueses é estimulante para os espanhóis e da competição surge o Tratado de Tordesilhas que foi negociado por D. João II de um modo perfeito e que se pode considerar o epílogo da sua magistral política de informações e segredo.

O reinado de D. Manuel é aquele em que atingimos o auge e iniciámos a decadência.

D. João III, ainda com alguns conselheiros do Príncipe Perfeito, toma a grande decisão de manter apenas o possível no Norte de África e transferir o esforço do Índico para o Brasil. Paralelamente a uma política nacional acertada, deixa-se apoderar de um fanatismo religioso que abre a possibilidade à instauração no reino do Santo Ofício, estreitamente controlado pelos Jesuítas que afugentam e perseguem os judeus que vão para Inglaterra e para a Holanda arrecadar os lucros da passagem do comércio do oriente do Mediterrâneo para Lisboa.

A união com a Espanha arruína-nos ainda mais e atrai sobre nós a hostilidade e a cobiça de holandeses e ingleses que, mais tarde, aliados com os franceses, nos ajudam a restaurar a independência.

A partir daí passamos a estar estreitamente controlados pelos franceses e depois pelos ingleses que desfrutavam de largos privilégios e mantinham feitorias em Lisboa e no Porto de grande projecção em todo o território nacional.

O Marquês de Pombal fez a única tentativa séria para nos libertar da tutela estrangeira.

As invasões francesas, a fuga da corte para o Brasil e a necessária dominação inglesa consentida, deram origem a uma onda de descontentamento que culminou com a Revolução de 1820.

Em 1822, com a independência do Brasil estávamos perante uma situação trágica a que a geração seguinte vai fazer frente, em condições extremamente difíceis, pois não dispúnhamos de qualquer órgão de informações para apoiar a máquina do Estado. Esses órgãos deveriam existir, mas sob contróle do ingleses que exerciam sobre o território nacional uma pesada tutela.

A Constituição de 1822 foi recebida com hostilidade pelas classes privilegiadas que se bateram furiosamente para evitar as reformas que se impunham para organizar a metrópole para a sua auto-suficiência.

A agitação não permitiu qualquer tentativa séria para submeter o Brasil, nem deixou criar as condições para Portugal «fazer uso das suas terras de África», dado que as estruturas da governação estavam completamente desmanteladas.

A actividade política em Portugal começou a ser controlada do estrangeiro, o que levou D. Pedro IV, quando considerou favorável o ambiente europeu, a garantir a coroa portuguesa para sua filha desembarcando em Portugal, à frente dos liberais, conseguindo que a primeira rainha constitucional desembarcasse em Lisboa em 22 de Setembro de 1834 e assumisse plenos poderes. A partir desta altura iniciam-se grandes reformas nas leis coloniais para a África e decreta-se a completa abolição da escravatura, mas agora já não temos a iniciativa, a nossa política já não é de partilha, mas sim de competição com as potências europeias com interesses em África e na Ásia.

A abolição da escravatura, a falta de condições dos nossos territórios ultramarinos para receber colonos, de imediato, e a sua fraca capacidade para receber investimentos fazem com que se inicie o esforço na metrópole, assistindo-se a um espectacular surto de obras públicas — estradas, caminhos-de-ferro, portos e telecomunicações. Paralelamente com este surto artificial de actividade, verificou-se uma intensa emigração para o Brasil e deu-se início à política ultramarina possível, moralizada e dinâmica, que criou condições para tomar uma atitude menos tolerante face aos planos de expansão colonial ingleses, franceses e alemães. Faltava-nos porém, um serviço de informações como os que dispunham as potências europeias com que nos tivemos de digladiar.

A Inglaterra, após 1870, aproveitando o enfraquecimento das potências centrais giza o seu ambicioso plano de expansão colonial que interferia largamente com os nossos interesses em África.

Em 1875 funda-se a Sociedade de Geografia que desempenhou um papel muito importante no planeamento, organização e apoio às nossas expedições africanas.

Para fazer face à política expansionista britânica e procurar uma situação de equilíbrio em África, reuniu-se, em Bruxelas, em 1876 a Conferência Geográfica, para a qual Portugal não foi convidado.

Os ingleses para fazer face às penetrações francesa e belga no Congo, preferem reconhecer, pelo Tratado de Londres, os nossos direitos naquela área em troca de facilidades de navegação no Zaire e Zambeze.

A Alemanha, a França e a Bélgica reagem e provocam a Conferência de Berlim que definiu um novo conceito de «direito público colonial», substituindo os direitos históricos pela ocupação efectiva e invalidou o Tratado de Londres, o que impôs aos portugueses um esforço rápido e praticamente impossível de enviar tropas e funcionários para as áreas que consideravam suas.

Os Serviços de Informações ingleses, alemães e franceses e alguns ao serviço de interesses privados passaram a actuar em África, não entrando os portugueses na competição, neste campo. E assim, o Governo português, mal informado, não tendo a consciência da sua incapacidade financeira e militar e, até, a sua pouca independência em relação à Inglaterra para conduzir uma política de expansão colonial anuncia (1887) a intenção de concretizar a ocupação da «África Meridional Portuguesa» (Mapa Cor-de-Rosa), o que, três anos mais tarde leva a Inglaterra a reagir com o «Ultimatum», que provocou uma grande reacção nacional e disferiu um profundo golpe na monarquia.

O fracasso da revolta republicana no Porto (31 de Janeiro de 1891), encorajou os grupos conservadores a cercear as liberdades e garantias constitucionais e, em 1893, é remodelada a polícia e criado o juízo de instrução criminal, ao qual foram dados poderes descricionários e, três anos depois, foi publicada a lei de 13 de Fevereiro para punir as actividades anarquistas.

Em 1897 foi criada a Carbonária e um ano depois foi novamente remodelada a polícia e criada a polícia preventiva encarregada de todos os aspectos ligados à ordem e tranquilidade públicas e à administração e segurança do Estado, o que foi considerado na altura o restabelecimento da espionagem do tempo de Pina Manique.

A crise económica e financeira agrava-se, deixamos de ter crédito externo e ingleses e alemães, sob a vigilância dos franceses, iniciaram conversações para negociar um empréstimo a Portugal e definir áreas de influência. Internamente, iniciou-se a luta entre duas formas políticas antagónicas — a forma democrática republicana e a forma monárquica cesarista que veio a ser encarnada pelo ditador João Franco, quando D. Carlos o chama ao poder. Tanto João Franco, como D. Carlos anunciaram profundas remodelações no juízo de instrução pública, que não cumpriram e, ao contrário, alargam-lhe os poderes, o que contribuiu para avolumar a onda da oposição que culminou com o assassinato do rei e do herdeiro do trono.

Durante o breve reinado de D. Manuel, a Carbonária elegeu a «Alta Vendas» e transformou-se no braço revolucionário do Directório do Partido Republicano.

A Maçonaria organizou a sua Comissão de Resistência que mais tarde passou a designar-se Junta Revolucionária, sob a presidência de Cândido dos Reis, que passou a dirigir toda a acção conspirativa até 4 de Outubro de 1910.

Em 1911, foi criada a G.N.R. para libertar o Exército das tarefas de ordem pública no meio rural. *Ainda nesse ano, instaurou-se em Portugal, pela primeira vez, uma estrutura diferenciada e especializada com a missão exclusiva de trabalhar informações, que era a 1.ª Repartição do E.M.E.*

Apesar da mudança de regime a situação financeira mantinha-se grave e alemães e ingleses continuavam discutindo esferas de influência nas colónias portuguesas, num ambiente crescente de desconfiança e rivalidade.

Em 4 d Agosto de 1914, a Inglaterra declarou a guerra à Alemanha e surgiram em Portugal duas correntes de opinião: a intervencionista e a não beligerante. Entretanto a situação em Angola e Moçambique impunha o envio de forças para aqueles territórios e, em 1916, após a requisição dos barcos alemães estacionados no Tejo, feita a pedido dos ingleses, vimo-nos envolvidos directamente no conflito, o que teve graves repercussões na situação interna portuguesa. Surgiram a fome, as privações e a incompreensão em relação à participação na guerra, que era considerada a razão de todos os males, esquecendo que sem a nossa intervenção na guerra teríamos perdido as colónias a favor dos beligerantes que saíram vitoriosos.

Em 29 de Abril de 1918, o Governo reformou novamente os serviços policiais e ampliou os poderes da polícia preventiva dando-lhe como missão: a vigilância e prevenção contra tentativas de crimes políticos ou sociais,

investigação e prisão de indivíduos suspeitos dos referidos crimes, *surgindo assim pela primeira vez na legislação portuguesa uma polícia política*. Inicia-se a censura a assuntos não militares. Os anos vinte, em Portugal e noutros países, caracterizaram-se por situações instáveis e conturbadas, o que levou os legisladores no poder a transformar a polícia preventiva numa polícia secreta, que passava a receber apoio das outras polícias, e a reduzir amplamente os efectivos da GNR, até que surgiu a revolta militar de 28 de Maio de 1926, que se fez mais contra a degradação da República Parlamentar do que contra as instituições.

Segue-se uma série de legislação sobre polícia preventiva e de defesa e segurança do Estado. Toda esta legislação era elaborada e difundida, mas a sua concretização era muito difícil de conseguir. O desconhecimento sobre técnicas policiais, e a confusão que sempre existiu entre actividade policial e de informações, agravadas pelo ambiente crescente de oposição à ditadura, fez com que a polícia criada não correspondesse ao que dela se esperava e se viesse a verificar um desenvolvimento dos mecanismos de repressão, sem cobertura legal e sem estruturas que, ao serviço das forças do poder, conduziram a um período de paz e tranquilidade que foi pago com o alto preço da violação constante dos mais elementares princípios dos direitos dos homens.

Enquanto em Portugal se iam consolidando as estruturas políticas e administrativas, em Espanha a situação deteriorava-se e eclodiu a Guerra Civil. É criada em Setembro de 1936 a Legião Portuguesa e, um ano depois, a Guerra de Espanha começou a internacionalizar-se com brigadas internacionais e tropas organizadas das potências ditatoriais que imprimiram à luta uma violência e um significado que excedeu largamente os limites da Península.

Em 1938 é organizado o serviço de informações da Legião Portuguesa, que actuou em dois escalões que rivalizaram durante largos anos.

Em 1 de Abril de 1939 terminou a guerra de Espanha e, em 3 de Setembro, a Inglaterra declarou a Guerra à Alemanha.

Em 12 de Novembro de 1940, o Alto-Comando Alemão perante a resistência inglesa, abandonou o projecto de invasão da Inglaterra e decidiu invadir a Península Ibérica para expulsar a Inglaterra do Mediterrâneo Ocidental, e impedir que os ingleses se apoderassem de qualquer ponto do território português ou espanhol ou das ilhas atlânticas.

Face a esta ameaça, iniciaram-se negociações nos primeiros meses de 1941, para estudar a defesa de Portugal continental e insular. A invasão da Rússia pelos alemães fez passar o centro nevrálgico da Guerra para outra área.

As ameaças à nossa soberania passaram a vir do lado dos aliados, mas tudo se resolveu através do reatamento de negociações que culminaram com a concessão de facilidades na ilha Terceira aos ingleses e mais tarde na de Santa Maria aos americanos em troca da garantia para Portugal de estar presente na luta para a libertação de Timor que havia sido ocupado por australianos e holandeses (Dezembro de 1941) e mais tarde pelos japoneses (Fevereiro de 1942), sem que tivéssemos feito qualquer esforço ou tentativa séria para, mesmo secretamente e de colaboração com os australianos e ingleses, contactar com as nossas forças que nunca deixaram de actuar contra o invasor.

Estas negociações, embora tenham tido um resultado final positivo, são um exemplo do que se não deve fazer, dado que nunca beneficiaram do apoio de um serviço de informações que desse a conhecer a situação real.

Dois anos depois do fim da Guerra, foi concedida a independência à União Indiana e assinamos o Tratado do Atlântico Norte. Três anos mais tarde a União Indiana reivindicou os territórios portugueses da península do Indústão e a partir de 1951 iniciou uma campanha para a anexação dos referidos territórios, que durou dez anos, e que teve um desfecho resultante do trabalho desequilibrado de dois escalões de informações: — o tático que neutralizou as tentativas de ameaças através da subversão; — e o estratégico que falhou totalmente, considerando inverosímil a invasão armada, que afinal se concretizou em 17 de Dezembro de 1961.

Entretanto em fins de 1960, iniciou-se em Angola a subversão activa. Houve uma tentativa para montar um serviço de informações, mas nada foi decidido localmente. Entretanto tal necessidade também foi sentida em Lisboa e *foram criados os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações que foram organizados em 1962 em Angola com todo o desenvolvimento, e mais tarde em Moçambique e Guiné.*

Também em 1962, e ao nível da Defesa Nacional se iniciaram estudos para organizar os Serviços de Informações de Defesa Nacional, mas nada se conseguiu. A Polícia de Informação e Defesa do Estado e o Presidente do Conselho não o desejavam.

Apesar de não haver um serviço coordenador e integrador de informações ao nível nacional, a política de defesa, a política ultramarina e a diplomacia, durante os treze anos de guerra, foram apoiadas pelos Serviços de Informações Militares, pelo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar e Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, Moçambique e Guiné, pela Direcção-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Direcção-Geral de Segurança.

Após o 25 de Abril foram extintas a Direcção-Geral de Segurança e a Legião Portuguesa e a 2.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas (antiga Defesa Nacional) reforçada com pessoal dos três ramos e com pessoal civil de outros Ministérios, foi encarregada de accionar o serviço de informações ao nível nacional. Apesar de todos os esforços desenvolvidos não foi possível centralizar e coordenar as informações em virtude do ambiente de desconfiança resultante da existência de vários centros de decisão. Em 23 de Maio é criado o Serviço Director e Coordenador da Informação na dependência do Conselho da Revolução e reduzida a da 2.ª Divisão para a sua missão normal do EMGFA, integrada no S. I. M.

Em 25 de Novembro é extinto o Serviço Director e Coordenador e restaurada a actividade da 2.ª Divisão do EMGFA como órgão de escalão mais elevado, a nível nacional, no âmbito das informações.